

Transcrição da Teleconferência de Resultados do 2T16 17 de Agosto de 2016

Operadora:

Bom dia, e obrigado por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência da CESP para a discussão dos resultados referentes ao segundo trimestre de 2016.

Estão presentes a Diretoria e assessores da CESP.

Informamos que este evento está sendo gravado e todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes. Mais tarde iniciaremos a sessão de perguntas e respostas para analistas e investidores, e logo após, atenderemos às perguntas da imprensa, quando mais instruções serão fornecidas. Caso seja necessária a ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar “asterisco zero”. Perguntas só poderão ser feitas através do telefone.

Este evento também está sendo transmitido simultaneamente pela Internet, via webcast, podendo ser acessado no endereço ri.cesp.com.br, onde se encontra a respectiva apresentação. A seleção dos slides será controlada pelos senhores.

Gostaríamos de informar que esta teleconferência está sendo simultaneamente traduzida para o inglês, a fim de atender aos investidores estrangeiros da Companhia.

Informamos que os participantes que estão ouvindo o evento em inglês também poderão fazer perguntas durante a sessão de perguntas e respostas. O replay deste evento estará disponível algumas horas após o encerramento.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios da CESP, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais podem afetar o desempenho futuro da CESP e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra para a Diretoria Executiva da CESP. Senhores podem prosseguir.

Bom dia sou Almir Martins, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Agradeço a participação de todos na teleconferência da CESP sobre os resultados deste segundo trimestre de 2016.

Encontram-se à mesa os senhores Mauro Arce, Presidente e Mituo Hirota, Diretor de Geração.

Começamos a apresentação pelo slide número 2.

Para entender a comparação entre períodos é preciso registrar que no segundo trimestre do ano passado, a CESP ainda dispunha das receitas pela venda da energia das usinas de Ilha Solteira e Jupuíá pelo regime de preços de mercado. Já neste segundo trimestre de 2016 a CESP operou essas usinas no sistema de operação assistida até 30 de junho, e recebeu receitas no Regime de Cotas, suficientes para cobrir os custos de operação e manutenção.

Assim, do lado esquerdo deste slide demonstramos que as Receitas de Energia foram de R\$ 587 milhões de reais, uma redução de 34,1% quando comparadas ao segundo trimestre de 2015.

As vendas no ACR - Ambiente de Contratação Regulada – parte vermelha do gráfico atingiram R\$ 137 milhões.

No ACL - Ambiente de Contratação Livre – parte cinza do gráfico – as vendas foram de R\$ 256 milhões de reais.

O valor de R\$ 188 milhões (na cor laranja) é referente à receita do Regime de Cotas das Usinas de Ilha Solteira e Jupuíá.

A receita obtida na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – parcela preta do gráfico – atingiu R\$ 6 milhões de reais, o que será detalhado no slide seguinte.

Abaixo, no canto inferior à direita, temos as Deduções à Receita Bruta, de R\$ 119 milhões. Desse modo, a Receita Líquida alcançou R\$ 468 milhões de reais, incluindo o valor de Outras Receitas.

No próximo slide, slide 3, pode-se observar que a Cesp acabou suprimindo o MRE, Mecanismo de Realocação de Energia, com 155 GWh precificados pela Tarifa de Energia de Otimização.

Como a Companhia está totalmente contratada, não houve energia a ser liquidada no Mercado de Curto Prazo (denominado SPOT) a preços de PLD – Preços de Liquidação de Diferenças, diferentemente do segundo trimestre de 2015, quando a Companhia comercializou no SPOT 272 GWh a preços de PLD, obtendo receita de R\$ 101 milhões, já que dispunha de excedentes e ainda contava com as usinas Ilha Solteira e Jupuíá.

Houve ainda a Recontabilização de Períodos Anteriores pela CCEE, que totalizou R\$ 4,7 milhões neste trimestre.

No slide 4, à esquerda, vemos a quantidade de energia vendida em GigaWatt Hora, por segmento. Foram 2.375 GWh no segundo trimestre de 2016, diminuição de

58,6% nas quantidades totais comercializadas, reflexo do vencimento das concessões de Ilha Solteira e Jupia.

Do lado direito podemos ver que o preço médio de contratos de venda do MegaWatt Hora, comparativamente ao segundo trimestre de 2015, aumentou 10,9%, atingindo R\$ 177,06 reflexo, principalmente, dos preços no mercado regulado, devido a reajustes contratuais e ao vencimento de contratos antigos, com preços menores.

No slide 5, mostramos os níveis médios dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro Oeste. Apesar dos níveis ainda baixos, a linha preta indica um nível de **51,5 %** ao final de julho de 2016, situação melhor do que a dos anos anteriores, o que teve influência nos preços de PLD, que veremos a seguir.

Passando para o slide 6, demonstramos os Preços de Liquidação de Diferenças – PLD para os primeiros meses de 2016 e anos de 2015 e 2014. Em 2014 o teto do PLD válido para aquele ano, era de R\$ 822,83 e o preço médio ficou em R\$ 688,89. Em 2015, por uma decisão do Poder Concedente, o teto do PLD foi reduzido para R\$ 388,04, e o preço médio do ano apurado na CCEE ficou em R\$ 287,20. No segundo trimestre de 2016 os PLDs mensais apresentaram um aumento com relação ao primeiro trimestre, devido ao período seco do ano.

O slide 7 demonstra a evolução do comportamento do GSF, o indicador da produção hidráulica do país, que mesmo com um melhor nível de reservatórios teve média de 0,892 no 2T16, devido ao despacho térmico ainda significativo. O GSF abaixo de 1 trouxe impacto financeiro e resultou em compra de energia na CCEE pela CESP de R\$ 33 milhões, que está registrado na rubrica de despesa “Energia Comprada e Encargos Setoriais”, incluído no slide seguinte.

Em relação às despesas, é preciso lembrar que operamos as usinas Ilha Solteira e Jupia até 30 de junho, dessa maneira mantivemos todas as despesas associadas a essa operação, incluindo as despesas de Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros, além das Despesas com o Uso de Sistema de Transmissão e com a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos.

Assim, podemos observar, nesse slide 8, que as Despesas Operacionais tiveram redução de 8,0% na comparação dos trimestres e somaram R\$ 364 milhões de reais.

Do total das despesas 80,2%, parte vermelha do gráfico, podem ser classificadas como Não Gerenciáveis e 19,8% como Gerenciáveis.

Com relação às despesas Gerenciáveis, houve queda de 20,0%. As despesas Não Gerenciáveis tiveram queda de 4,6%.

Do lado direito do gráfico indicamos as maiores variações:

Despesas de Pessoal e Serviços de Terceiros com queda de 8,5% e 23,5% respectivamente. Depreciação com queda de 52,4%, devido ao vencimento das concessões de Ilha Solteira e Jupia.

Por outro lado, a Energia Comprada e Encargos Setoriais aumentaram 55,4% devido ao aumento de 12,5% nos Encargos com o Uso do Sistema de Transmissão, por força do

aumento de tarifas de transmissão, pelos efeitos do GSF e também por efeito de liminares na contabilização da CCEE, gerando impacto na compra de energia no valor de R\$ 33 milhões, conforme descrito no slide anterior.

As Provisões Operacionais aumentaram 23,3% primeiro pela atualização monetária do saldo de Provisão para Riscos Legais, mas principalmente porque no segundo trimestre do ano passado houve reversões de ações judiciais a favor da Companhia.

Iremos ver as Provisões para Riscos Legais mais adiante.

O slide 9 demonstra que o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 255 milhões de reais no segundo trimestre de 2016, 54,8% inferior ao mesmo período de 2015, reflexo do vencimento das concessões de Ilha Solteira e Jupiá. Do mesmo modo, a Margem no segundo trimestre de 2016 ficou em 54,5% contra 75,5% do segundo trimestre de 2015.

O quadro abaixo mostra a composição do EBITDA Ajustado, para melhor entendimento.

No próximo slide, slide 10, vemos que o Resultado Financeiro no segundo trimestre de 2016 foi positivo em R\$ 74,3 milhões de reais, ante R\$ 51,8 milhões de reais no segundo trimestre do ano passado.

Tanto as Receitas quanto as Despesas Financeiras apresentaram reduções. O resultado mais significativo diz respeito às Variações Cambiais que somaram R\$71,9 milhões de reais positivos, refletindo a desvalorização de 9,8% do Dólar Americano perante o Real.

Para melhor compreensão, do lado direito do slide pode ser visto o comportamento do dólar e o reflexo na conta de Resultados.

O slide 11 mostra que a Dívida Financeira em 30 de junho de 2016 era de R\$ 1 bilhão 229 milhões de reais, 26,9% inferior a 31 de dezembro de 2015.

A Dívida em Moeda Estrangeira era de US\$ 196,8 milhões de dólares, representando 51,4% do total da dívida da Companhia. Essa Dívida em Moeda Estrangeira equivalia a R\$ 632 milhões de reais.

Abaixo nota-se que as disponibilidades ao final de junho de 2016 somavam R\$ 602 milhões de reais; as Cotas Subordinadas somavam R\$ 79 milhões, resultando em uma Dívida Líquida, no final do trimestre, de R\$ 548 milhões de reais.

No próximo slide, slide 12, está demonstrado o Perfil da Dívida e seus vencimentos para os anos seguintes. No primeiro semestre de 2016 já houve pagamento de R\$ 358 milhões, restando R\$ 342 milhões a serem pagos neste ano.

Em 2017 teremos vencimentos no valor de R\$ 516 milhões.

A dívida pós-2017 é basicamente constituída pelo compromisso junto ao BNDES, em moeda estrangeira, pagável bimestralmente até outubro de 2019.

No próximo slide, slide 13, pode-se verificar que, o saldo de Provisões para Riscos Legais em dezembro de 2015 era de R\$ 2 bilhões 790 milhões. Neste semestre temos R\$ 259 milhões de reais por Atualização Monetária e Juros; Movimentações

Líquidas de R\$ 53 milhões de reais, por decisões judiciais favoráveis à Companhia e R\$ 45 milhões de reais de pagamentos efetuados. Em 30 de junho de 2016 o saldo atingiu R\$ 2 bilhões 951 milhões de reais, um aumento de 5,8%.

Nota-se que, com relação a essas ações, há depósitos judiciais no montante de R\$ 682 milhões, a valores históricos. Apenas para registro informo que a Cesp venceu uma ação, que já se encontrava registrada como perda remota, de cerca de 2,2 bilhões de reais, reduzindo o montante dos compromissos que a Cesp está envolvida.

Desta forma, concluímos nossa apresentação. Agradecemos a participação de todos e abrimos a reunião para a seção de perguntas e respostas.

=====

Operadora: Senhoras e senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#). Ao final das perguntas feitas por analistas, teremos um período para perguntas da imprensa.

=====

Operadora: Nossa primeira pergunta vem do Sr. André Sampaio, do Santander.

André: Bom dia, eu gostaria de fazer uma pergunta sobre o que vocês estão esperando de PLD agora para o segundo semestre? E também uma pergunta mais questão da evolução da discussão do plano estratégico de longo prazo. Obrigado.

Almir: Bom dia, André. PLD baixo no primeiro trimestre, aumentando um pouquinho no segundo. Julho na faixa de 83 reais. Deve se manter para esse segundo semestre por volta de 80 e poucos reais. Essa é a nossa expectativa, um pouco acima do preço de julho, mas ainda abaixo de 90 reais.

André: Tá claro. Quanto à pergunta do plano estratégico?

Almir: Só estava confirmando os preços porque, os preços semanais de agosto já superaram um pouco isso, mas os preços mensais de agosto devem fechar na faixa de 80 e poucos reais também. Sobre a estratégia de longo prazo já havia informado ao mercado, nós temos um trabalho feito por uma consultoria, a Bain & Company e este trabalho apresenta alguns cenários e esses cenários tem sido discutidos em todas as reuniões do conselho de administração, mas não temos ainda uma linha clara de como o controlador vai se posicionar em relação a essa estratégia de longo prazo. De qualquer maneira há uma lei nova, lei das estatais e lá está especificado que em até 180 dias a contar da aprovação da lei, ou seja, até o final do ano, a Companhia tem que divulgar para o mercado a sua estratégia de longo prazo. Então estamos trabalhando nisso neste período de agora.

André: Tá claro, muito obrigado.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Luciano Costa, da Reuters.

Luciano: Oi, bom dia. Obrigado pelo call. A gente teve falas mais recentes aí do grupo do Governo do Estado sobre um eventual estudo sobre privatização da Companhia, teve uma fala de repente o BNDES participar desses estudos. Eu queria

saber se tem alguma novidade sobre isso, se a gente pode ver esse processo andar de repente nesse ano ou no próximo? Obrigado.

Almir: Bom dia Luciano. A questão do processo de privatização lembro que em todas as reuniões que faço com o mercado e com analistas eu reitero e insisto que a Cesp é uma empresa que se encontra incluída no Programa Estadual de Desestatização, o PED. Já houve algumas tentativas no passado, não deram certo por motivos diversos e a privatização é um dos aspectos que fazem parte do planejamento de longo prazo da Companhia e aguardando um momento adequado pra isso. A decisão, ela não é da Cesp, a decisão não é da Administração da Cesp, a decisão diz respeito ao acionista controlador. Então, no âmbito do conselho de administração nós ainda não temos nenhuma orientação final do acionista controlador no momento em que isso possa ocorrer. Então, por enquanto, eu não tenho isto no nosso cenário aqui, não há ainda nenhuma orientação do nosso Controlador no sentido da privatização nesse curto prazo. Continuamos discutindo todos os meses e até o final do ano vamos ter que ter uma solução até o final do ano.

Luciano: Tá legal, obrigado.

Operadora: Lembrando que para fazer uma pergunta basta pressionar *1. Nossa próxima pergunta vem do Sr. André Komatsu, da RPS.

André Komatsu: Oi, bom dia Almir.

Almir: Bom dia!

André: Tenho uma pergunta mais com uma visão de médio prazo de vocês, tendo essas provisões, acertando aí o lucro e sendo não caixa né, o fluxo de caixa de vocês vai aumentando aí ao longo do tempo, eventualmente podendo até ter um aumento mais significativo com alguma indenização dos processos que vocês estão com a ANEEL. Minha dúvida é o que vocês pretendem fazer com essa posição aí crescente de caixa, dado que parte do lucro está sendo afetado por uma provisão não caixa, como que vocês preveem o uso desse caixa que poderia, sei lá, *buyback* ou alguma coisa, ou novos ativos... Como que vocês veem?

Almir: Ok, Komatsu. A gente tem sido bastante cuidadoso na gestão do caixa, principalmente em vista do grande volume de ações judiciais que nós ainda temos pela frente e vamos ter que enfrentar. Nós colocamos isso regularmente no nosso fluxo de caixa. Voltando especificamente a uma questão, por exemplo, de destinação nós temos como política a cada três meses, toda vez que apresentamos nossos resultados ao conselho, nós fazemos uma avaliação da conveniência de pagar juros sobre capital próprio. Nesses dois trimestres, no primeiro trimestre e nesse segundo trimestre do ano, a proposta que a diretoria levou ao conselho foi pela não distribuição de juros sobre capital próprio, principalmente porque parte significativa do resultado da companhia é advinda da variação cambial e aí tem algumas incertezas com o comportamento do dólar até o final do ano. Então, na avaliação do próximo trimestre, no terceiro trimestre deste ano, será o momento adequado de nós discutirmos a conveniência de pagamento de juros sobre capital próprio, mesmo porque temos até o final do ano pra usar o benefício fiscal decorrente disso. De fato, as despesas com as atualizações monetárias das ações

nos obriga a registrar isso como despesa e não efeito caixa, isso tem permitido um pouco mais de caixa. Isso deve ser considerado nesse planejamento de longo prazo.

André Komatsu: Então, aí mesmo com essa possibilidade de repente pagar dividendos ou JCP, essas provisões limitam um pouco a sua flexibilidade nisso, de certo modo no médio prazo sua posição de caixa vai continuar crescente. Assumindo que, óbvio, que não vai ter nenhum desembolso relevante no médio prazo.

Almir: Essa é a questão. Eu não posso assumir. O andamento dos processos judiciais tem uma velocidade sobre a qual a gente não tem nenhuma interferência, então eu posso me guiar pelo passado. Pelo passado por enquanto nós temos sido felizes na defesa das ações em que a Companhia está envolvida, mas nós sabemos que há processos mais significativos que quando tivermos que desembolsar eles serão onerosos no caixa. Então esse é o cuidado que a gente tem, estamos levando isso e acompanhando com termômetro as ações judiciais. Eu tenho a impressão que você comentou alguma coisa sobre recebimento de indenizações...

Almir: Nós não temos colocado nos nossos fluxos de caixa, o recebimento dessas indenizações por força da incerteza. Todas estão em ações judiciais, nós temos uma ação judicial específica para Três Irmãos e temos uma ação judicial para Ilha Solteira e Jupuíá. Prazo muito incerto de duração, então nós não estamos contando com esse recurso, então quando isso acontecer nós teremos que dar destinação a este recurso também.

André Komatsu: Ok, obrigado!

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Arlindo de Carvalho, do Credit Suisse.

Arlindo: Oi, bom dia a todos. Tenho duas perguntas rapidinhas, a primeira é dado já o fim da operação assistida de Ilha Solteira e Jupuíá, quase 300 funcionários que foram agora contratados pela Three Gorges, é se vocês tem uma projeção de qual redução de PMSO que a gente pode realmente esperar agora pro segundo semestre? Essa é a primeira pergunta e a segunda é: vocês falaram um pouco sobre expectativa de PLD e tal e na expectativa de GSF futuro dada a hidrologia mais recente agora, com o que vocês estão trabalhando como cenário base para o segundo semestre? Obrigado.

Almir: Bom dia, Arlindo. De fato o ano de 2016, no nosso orçamento e na nossa contabilidade, ele está afetado meio ano por conta da operação assistida e vamos ter, a partir de agora, o restante meio ano já sem as despesas associadas a essa operação. Fizemos uns comparativos e, se você olhar o nosso ano de 2015 talvez seja mais comparável. Com o ano que vem a nossa expectativa, já que o ano que vem livre das despesas das duas usinas, é de uma redução na faixa de R\$ 800 milhões de reais. Quando a gente compara com 2014 a redução é mais significativa, a redução é da ordem de R\$ 1 bilhão e 100 milhões de reais. Para o ano de 2017 nós vamos ter os efeitos de todas essas reduções, não só de Pessoal, mas vamos ter também os efeitos da redução, você deixa de pagar os encargos do uso da rede, só aí nós devemos ter uns R\$ 350 milhões de redução, quando você compara 2015 com 2017, vamos ter R\$ 300 milhões de reduções de impostos, PIS e COFINS sobre

a receita. Então tem uma redução prevista de uns R\$ 800 milhões quando você compara 2015 com 2017. Eu não tenho em mãos os dados sobre o segundo semestre deste ano, mas é para fins de acompanhamento dos custos que vocês fazem eu posso dizer para vocês que o ano de 2017 nós devemos ter aí uns R\$ 100 milhões de Encargos de Uso da Rede, uns R\$ 140 milhões de Impostos, uns R\$ 130 milhões de Pessoal, uns R\$ 75 de Materiais Serviços e Diversos, uma redução para uns R\$ 60 milhões para a Compensação Financeira e vamos para uns R\$ 40 milhões de RGR. Esses são os nossos números para ao ano que vem.

Arlindo: Perfeito, ajudou bastante. E sobre expectativa do GSF?

Almir: Desculpe Arlindo. Sobre o GSF, que eu ainda não respondi para você, nós devemos ter ainda no segundo semestre um GSF abaixo de 1. Nós estamos trabalhando com alguma coisa na faixa de 90, 93 na média do segundo semestre.

Arlindo: Tá ótimo, muito obrigado!

Operadora: Senhoras e senhores, abriremos agora a sessão de perguntas e respostas para a imprensa. Para fazer uma pergunta, por favor, digitem “asterisco 1” (*1). Para retirar a sua pergunta da lista, digite a tecla “sustenido” (#).

=====

Operadora: Nossa primeira pergunta vem da Sra. Vanessa Desen, da agência Bloomberg.

Vanessa: Olá! Bom dia, Almir. Eu queria entender, estendendo a pergunta do colega da Reuters, eu queria entender um pouco do que está na mesa hoje em dia para essa discussão da privatização, a gente sabe que isso é de longa data, essa discussão. Eu queria entender o que mudou nos últimos meses, por que este assunto voltou a estar em voga de uma maneira, em fim, mais pragmática, então eu queria entender exatamente o que está na mesa? Obrigada.

Almir: Bom dia, Vanessa. O que mudou acho que é a conjuntura. Houve uma época, a última tentativa de venda do controle da companhia foi em 2008, havia uma dúvida muito grande a respeito da capacidade da Cesp em renovar as suas concessões. Havia uma incerteza que acabou virando uma certeza em 2012 quando o Governo Federal baixou a Medida Provisória 579 e de fato nós não renovamos as nossas concessões. Então, houve um período até 2012 de incerteza sobre as concessões. A partir daí, a Cesp teve dois anos e meio, onde a Cesp operou as concessões de Ilha Solteira e Jupiá, e perdeu a concessão de Três Irmãos, então houve um período de adaptação a essa nova realidade. Some-se a isso o início de um período de hidrologia baixa com pouca capacidade do sistema hidráulico produzir toda energia que o sistema hidráulico deveria. Isso implicou em preços elevadíssimos do PLD, nós tivemos em 2014 preços de R\$ 800 reais. O mercado de fato entrou numa incerteza porque as geradoras foram obrigadas a pagar para os geradores térmicos, então houve um custo adicional reflexo da aplicação daquele indicador chamado GSF. Hoje o sistema hidráulico está ainda baixo, mas já está o nível de chuvas mais razoável, o nível de reservatórios mais alto. A situação econômica do país aparentemente com tendência de melhorar a partir do ano que vem, já se enxerga alguma melhora da economia para o futuro e surgiram possibilidades de negócio no setor elétrico. A gente vê que alguns negócios foram

concretizados. Temos agora recentemente uma proposta que está em andamento pela aquisição do controle da CPFL. A gente vê alguns agentes que atuam no setor manifestando o interesse de venda de controle. Aparentemente o mercado começa tomar novamente uma postura mais segura, mais firme, os negócios estão mais estáveis. Então, é possível voltar a olhar a privatização da Cesp, para quando exatamente não está claro. E deixando claro que não é a Cesp em si que está olhando essa oportunidade, isto é uma decisão que está fora da administração da Companhia, é uma decisão do Controlador. Todo esse conjunto de fatores acho que justifica voltar a olhar o momento, pensar se é a hora de preparar, mas isso tudo é fora da Cesp.

Vanessa: Ok, obrigada.

Operadora:

Encerramos nesse momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra à CESP para as considerações finais.

Almir

Agradecemos a participação de todos.

As demonstrações financeiras e o nosso release de resultados estão disponíveis no nosso website de Relações com Investidores (ri.cesp.com.br) e a nossa equipe de RI está à sua disposição pelos meios de contato que constam do final da apresentação. Muito obrigado.

Operadora:

A teleconferência da CESP está encerrada. Gostaríamos de agradecer a participação de todos. Tenham um bom dia.